



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse. www.jornaldocomercio.com/agro



Área de arroz pode cair 10% na próxima safra

Com estoques elevados, crédito restrito e preços insuficientes, setor aposta na exportação como principal saída

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

A próxima safra de arroz no Rio Grande do Sul deve ser marcada por decisões mais conservadoras no campo, com risco de redução de área e menor investimento diante do aperto financeiro dos produtores. A combinação de custos elevados, crédito restrito e preços pressionados desenha um cenário de incerteza para o novo ciclo.

O presidente da Federarroz, Denis Dias Nunes, já indicava a possibilidade de manutenção ou redução da área plantada, em meio ao endividamento crescente e à dificuldade de financiamento. Apesar de uma recuperação recente, os preços ainda são considerados insuficientes para recompor margens, o que tem levado produtores a reter a produção à espera de melhores cotações.

A leitura ganha contornos mais concretos com a análise do diretor de Mercado da entidade, Juandres Antunes, que projeta um possível ajuste produtivo. “Se permanecer os preços como estão, no mínimo 10%”, afirma, ao se referir à redução potencial da área. Segundo ele, trata-se de uma imposição econômica. “Não é redução porque eu quero, é porque eu não consigo.”

O quadro de oferta reforça a pressão. A safra gaúcha deve atingir cerca de 7,6 milhões de toneladas, volume considerado dentro da normalidade, mas que se soma a estoques elevados do ciclo anterior, mantendo o mercado abastecido e com preços pressionados.

No primeiro trimestre, o Brasil exportou cerca de 300 mil toneladas, desempenho considerado positivo. Antunes ressalta, porém, que a maior parte desse volume ainda é da safra passada. “Isso não pode enganar”, observa, ao indicar que o excedente atual permanece elevado.

Diante desse cenário, a cadeia produtiva volta sua atenção aos mecanismos de apoio à comercialização. O governo federal sinalizou a liberação de R\$ 56 milhões para operações de PEP e Pepro, a serem executadas pela Companhia Nacional de Abastecimento, mas os recursos ainda não foram operacionalizados. “Disseram que iam anunciar, mas não anunciaram ainda. Deve sair”, relata Antunes.

Esses instrumentos são considerados essenciais para viabilizar exportações, sobretudo em regiões com fretes mais elevados, como a Fronteira Oeste. Sem subvenção, parte dos produtores fica fora do mercado externo, já



FEDERARROZ/DIVULGAÇÃO/JC

Produção em 2025/2026 deve fechar em 7,6 milhões de toneladas, menor que a anterior, mas acima do projetado

que o custo logístico compromete a competitividade.

A estratégia do setor, portanto, combina ações de curto e médio prazo: reduzir o excedente interno e aguardar um possível ajuste global de oferta. No horizonte imediato, porém, há poucas alternativas para reagir à pressão de preços. “O que está na mão é fazer exportação”, resume Antunes, ao indicar que o escoamento externo é hoje o principal instrumento disponível.

No mercado internacional, há expectativa de redução de área em países produtores, como os Estados Unidos, o que pode

sustentar uma reação de preços no médio prazo. Ainda assim, o efeito no Brasil tende a ser limitado pela queda do dólar, que reduz a competitividade das exportações.

No campo, o comportamento do produtor reflete a pressão financeira. Muitos optam por postergar a venda, mesmo diante da necessidade de caixa. “Se eu vender hoje, não consigo honrar todos os compromissos. Então é melhor esperar”, afirma Antunes, ao descrever a lógica que contribui para a lentidão na comercialização.

Além das variáveis econômi-

cas, o clima aparece como fator adicional de risco. A possibilidade de ocorrência de El Niño no próximo ciclo está historicamente associada a queda de produtividade, embora o impacto ainda seja incerto neste momento.

Com isso, a próxima safra se desenha sob um conjunto de condicionantes – financeiros, comerciais e climáticos – que devem influenciar tanto a área plantada quanto o nível de tecnologia empregado. O resultado dependerá, sobretudo, da capacidade de reduzir estoques no curto prazo e da evolução do mercado internacional ao longo do ano.

‘Investiremos mais de R\$ 50 milhões em assentamentos’, diz superintendente do Incra

Ana Esteves, especial para o JC
economia@jornaldocomercio.com.br

O novo superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Rio Grande do Sul (Incra/RS), Paulo Esrael Mioranza, pretende incrementar políticas públicas para melhorar as condições de vida das mais de

12 mil famílias assentadas no Estado. Nesta entrevista, Mioranza fala sobre seus planos de gestão e sobre a situação dos assentamentos gaúchos. O Estado conta hoje com 346 assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra, onde vivem 12,2 mil famílias. Desse total são 194 assentamentos criados pelo governo federal, onde vivem

8.173 famílias; 142 assentamentos estaduais, habitados por 3.706 famílias; dois assentamentos municipais com 21 famílias; e oito reassentamentos de barragens, com 286 famílias.

Jornal do Comércio - Como está hoje o cenário da reforma agrária no Rio Grande do Sul?

Paulo Esrael Mioranza - Só o Incra, no Rio Grande do Sul, tem 8.173 famílias assentadas. Se acrescentarmos os assentamentos estaduais reconhecidos pelo Instituto, temos 12 mil famílias beneficiárias da reforma agrária no Estado. É um número muito importante de assentamentos, mas nós não estamos contentes só com isso, estamos buscando novos assentamentos. Entre o ano passado e este ano já empenhamos R\$ 57 milhões que estão em fase final da aquisição de áreas. Essas áreas estão em Cruz Alta, Vitória das Missões, Eldorado do Sul, Arroio dos Ratos, Bagé

e Candiota, onde serão assentadas mais 117 famílias. Em breve vamos fazer a seleção das famílias e entregar esse território para que elas possam trabalhar, produzir, criar seus filhos. Porque esse é o objetivo da reforma agrária: distribuir a terra para que possa ter produção de alimento e dignidade.

JC - Qual a situação dos assentamentos em termos de infraestrutura e quanto tem sido investido nos mesmos?

Mioranza - Tem sido feita melhoria nas estradas dentro dos assentamentos, pois as pessoas precisam ir ao médico, ir para a escola, escoar aquilo que produzem. O Incra tem um investimento empenhado de R\$ 123 milhões para esse fim: são 32 obras em 27 municípios, em torno de 1,8 mil quilômetros de estradas que serão recuperadas e ampliadas. Na época da enchente, 9.229 famílias receberam crédito de mais de R\$ 147 milhões, para comprar uma vaca

de leite, para implantar melhor a sua horta orgânica, para melhorar o seu maquinário.

JC - Que produtos os assentamentos têm cultivado e quais os diferenciais?

Mioranza - A produção de alimento orgânico é muito incentivada pelo Incra, dentro dos assentamentos. Hoje nós temos a produção de arroz orgânico, que é destaque em nível nacional. Temos também a produção de hortifrutigranjeiros orgânicos, certificados, que são vendidos em feiras na região metropolitana.

JC - Fale um pouco sobre sua trajetória, até chegar à superintendência.

Mioranza - Sou assentado da reforma agrária em Nova Santa Rita, venho com experiência da gestão pública e também como produtor de arroz orgânico no meu território. Contribuí muito na construção da luta pela terra no Rio Grande do Sul.



Paulo Esrael Mioranza é oriundo de assentamento em Nova Santa Rita

INCRA/DIVULGAÇÃO/JC